

## Terceira Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa:

120 mil vão a Copacabana pelo fim da intolerância

Foto: Alessandro Buzas



Marcha aconteceu em setembro e teve três vezes mais católicos que o ano passado. Participação de muçulmanos também chamou atenção na luta por um Estado laico. Páginas 4, 5 e 6



Foto: Carlos Junior

## Resultado do Concurso de Redação Camélia da Liberdade 2010

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) agradece a participação das 425 instituições de ensino, diretores e professores no Concurso de Redação Camélia da Liberdade 2010, numa plena demonstração de interesse e esforço pela consolidação da Lei 10.639/03. Em breve, serão divulgados os locais das solenidades de entrega dos prêmios, que, no Rio de Janeiro, será em 16 de novembro e, em São Paulo, 26 de novembro.

## Concurso de Redação Camélia da Liberdade tem parcerias nota 10

Rio de Janeiro e São Paulo mostraram excelência na troca de conhecimentos entre professores e alunos. Diversas organizações foram essenciais para o sucesso. Veja como foi o processo na página 7 e confira ao lado o resultado da edição 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
Classificação	Nome do Aluno	Nome da Escola	Nome do Professor(a)
Primeiro Lugar	Gaia Pires	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - Duque de Caxias	Jaime Luiz F. Ribeiro
Segundo Lugar	Jurema Santa Barbara Miguel	Cólegio Estadual Armada Negrairos - Nova Iguaçu	Maria de Fátima Braz Barbosa
Terceiro Lugar	Alexandre de Lima Silva	Cólegio Estadual Bom Pastor - Belford Roxo	Maria Valdira Rogério de Silva

  

ESTADO DE SÃO PAULO			
Classificação	Nome do Aluno	Nome da Escola	Nome do Professor(a)
Primeiro Lugar	Ana Carolina Gonçalves Elul	E.E. Dr. Miguel Priante Calderano - Bernardino de Campos	Valdeci Benedito Fernandes
Segundo Lugar	Vitor Hugo Saritama Duarte	E.E. Líbero de Almeida Silveiras - Fernandópolis	Maria Cristina Ribeiro
Terceiro Lugar	Guilherme Lourenço da Silva	Fundação Casa - Complexo Brás - São Paulo	Ana Carolina Campos B. Feitosa e Luana Morena Carollo Ferreira



## Por um Brasil que realmente seja de todos

Tem-se a impressão de que o tempo anda muito corrido. Na verdade, parece que foi ontem que tudo começava a se preparar para a Primeira Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, em 2008. A Terceira, no entanto, também já faz parte do passado. Mas não de um passado qualquer. Os movimentos pela Defesa da Liberdade Religiosa ficarão para a história de um Brasil que clama por menos desigualdades e por mais respeito e amor ao próximo. Algumas certezas ficam após a marcha. Uma delas é a de que ninguém reúne 120 mil pessoas para um ato de tanta grandeza sem parcerias.

Mas o Brasil é realmente, como todos sabem, um País de dimensões gigantes. Por isso, a importância da educação e dos valores de sua formação. A luta para que aconteça a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas brasileiras é de cada um que crê na igualdade para o crescimento.

Durante todos estes anos, os negros não tiveram reconhecimento e, ao contrário do que deveria ter acontecido, foram submetidos não só à escravidão, mas a humilhações e a ficarem com restos de uma sociedade que não teve a oportunidade de conhecer a verdadeira história.

Engana-se quem pensa que a falta de conhecimento prejudica somente os menos privilegiados. Desigualdades trazem males a toda a sociedade. Porém, o que se tem visto é que não há mais espaço para segregações, sejam por cor de pele ou escolha de crenças. Na verdade, uma coisa está totalmente voltada para a outra. Se existe quem não aceite a Umbanda ou o Candomblé ou insiste em negar a importância das histórias da África e da Cultura Afro-brasileira, certamente, não tem conhecimento da verdadeira história de nosso País. É esta a intenção da Lei 10.639/03: ensinar tão rica cultura para que não haja oportunidades de enganar. Desta forma, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) tem trabalhado para que o ensino chegue a todos e, assim, tenham fim os preconceitos. E também com outros parceiros, a luta tem avançado. A Lei 10.639/03 já começa a produzir modificações em nossa sociedade. O Concurso de Redação Camélia da Liberdade, sem dúvidas, é uma forma expressiva para o melhor desenvolvimento. Porém, não teria tamanho êxito sem as instituições que apoiam e entendem o valor da qualidade na educação.

O caminho do bem está à frente para ser seguido. Apesar de não ser fácil, percebe-se claramente que a força de vontade tem unido pelo fim do racismo e da demonização da cultura negra. Ninguém vai parar enquanto a aceitação não for plena.

## Hoje na história Ivanir dos Santos



## Lei 10.639/03: a resistência não pode continuar

O Brasil possui em sua formação demográfica uma ampla diversidade étnico-racial e, mesmo reconhecido por estudiosos, o olhar elitista e discriminatório se manifesta de forma a negar uma realidade: os afrodescendentes são marginalizados seja no mercado de trabalho, nas forças armadas e nas esferas de poder político.

No fim do Império, o autodidata, ex-escravo e abolicionista Luiz Gama, que faleceu antes de assistir à libertação da escravatura, é o maior exemplo da luta pra romper o analfabetismo. Outro exemplo foi João Candido, líder da Revolta dos Marinheiros, em 1910, que foi alfabetizado quando adolescente na Marinha de Guerra.

A Frente Negra Brasileira cria cursos de alfabetização para a população que, em decorrência, conquistou o direito ao voto. Afinal, para os governantes da época, o analfabeto só tinha direito a trabalhar. A escola e o voto se destinavam a uma minoria.

O desenvolvimento industrial na década de 1930 e a defesa de direitos iguais a todos na educação é determinante na reorganização do ensino no Brasil. O Manifesto da Escola Nova de 1932 foi um marco. Passados mais de 70 anos, apesar dos avanços ocorridos no ensino oficial, a escola ainda se mantém afastada da diversidade. É nesta mesma escola que nós, afrodescendentes, deparamos com a demarcação da cor através dos apelidos racistas, sexistas e religiosos, apesar dos esforços valorosos de educadores em lutar contra tais discriminações.

Assim como o direito às cotas, que propusemos em 2001, gerou muito debate e o repúdio de grande parte da elite brasileira, em um País que existem cotas para portadores de deficiência, mulheres nas listas de candidatos dos partidos, já houve cotas para filhos de fazendeiros nas universidades rurais, nos colégios secundários anexos à universidades, houve cotas para filhos de funcionários. A questão não é a cota, é a cor negra da cota.

A resistência em aplicar a Lei 10.639/03 faz parte deste cenário. Lei que é o acúmulo da luta do movimento negro, que torna obrigatória nas escolas o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira. A desinformação faz parte do caldo de cultura da discriminação e da intolerância religiosa. O lançamento de uma campanha de sensibilização e promoção da Lei 10.639 será um reforço para a reflexão de estudante e professores das escolas públicas e privadas.



Por Éle Semog

A Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da História da África e da História e Cultura Afro-brasileira no sistema de ensino do País, está produzindo modificações no modo cultural do povo. E a principal delas é a superação da ignorância em relação à participação e contribuição da população negra na formação da sociedade e da cultura brasileira. Esta Lei reflete tão-somente uma alternativa as muitas demandas da população negra, organizada nos movimentos sociais, desde a Frente Negra Brasileira, passando pela criação do Teatro Experimental do Negro, e demais organizações históricas.

O racismo praticado contra a população negra, nos anos de 1970/80, se expressava de forma aguda, não só nos índices da contabilidade social do País, onde os afro-brasileiros ocupavam posições sub-humanas no que se refere à saúde, educação, qualificação profissional, salários, com a situação agravada pela violência policial, esterilização de mulheres negras, extermínio de crianças e adolescente, e a criminalização da cor pelo Poder Judiciário.

Embora a militância do movimento negro contemporâneo tenha uma formação, em larga escala orgânica, a busca pelo aprendizado da História da África e da Cultura Afro-brasileira sempre estiveram presentes como uma necessidade de primeira grandeza, pois se trata de elementos fundamentais no processo de estruturação do indivíduo e da sua capacidade crítica frente ao mundo.

Uma das mais eficazes estratégias dos artifícios da democracia racial e do racismo foi a de sequestrar, deturpar ou omitir, dos meios de ensino e aprendizado, toda a história dos afrodescendentes. Com isso, buscavam reduzir um povo inteiro ao grotesco expresso no romance brasileiro, às imagens ridículas e perversas de alguns tipos televisivos e, o mais cruel, produzindo livros didáticos e paradidáticos que eram verdadeiros tratados de xenofobia.

## De cara com a Lei: Brasil começa a entender participação da população negra na formação da sociedade



Foto: Carlos Junior

Material didático produzido pelo CEAP para propiciar a aplicação da Lei 10.639/03

### Militantes sempre à frente

Experiências marcantes sobre o ensino da História da África e da Cultura e História Afro-brasileira nas décadas de 1980 e 1990, para além da oralidade prevalente nos espaços comunitários, podem ser destacadas com os trabalhos realizados pelo Movimento Negro Unificado, pelo Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, pelos cursos de formação de professores e militantes, ministrados pelo IPEAFRO, organização dirigida por Abdias Nascimento e Elisa Larkin, entre outras iniciativas pelos estados brasileiros.

Com a evolução da ordem democrática, a dialética das conquistas sociais se tornou mais complexa e mais perversa. Os empoderamentos populares na Constituinte de 1988, como a Lei Caó, o Artigo 68 (ADCT) e o ECA, sofreram toda sorte de reação por parte de grupos seculares instalados na República.

O Brasil foi enredado pela onda de democratização propiciada pelos arranjos da nova geopolítica e pela globaliza-

ção do mercado. Com isso, os direitos humanos passaram a fazer parte da agenda dos governos, o que transformou o Estado Brasileiro num eufórico signatário dos tratados internacionais de garantia de direitos, dentre os quais os expressos pela Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001.

Ao contrário do que ocorreu com as conquistas da Constituinte de 1988, quando o movimento negro não estava equipado para consolidar aquelas oportunidades, a Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), veio de encontro a uma série de iniciativas do movimento negro no campo da educação, notadamente os pré-vestibulares destinados a negros e carentes, e a luta pela aplicação das cotas nas universidades públicas.

A Lei 10.639/03 pode ser considerada uma das principais iniciativas de política de ações afirmativas promovida pelo Estado desde o advento da República. É um excelente meio pedagógico, no sentido de produzir novos saberes sobre os povos africanos e afro-brasi-

leiro. Com a expansão do conhecimento, é natural que a intolerância e demonização da cultura negra, que geram o preconceito e a xenofobia, sejam progressivamente reduzidas.

### Escola como espaço essencial

A Lei, a médio e longo prazo, implica modificações profundas no processo de sociabilidade do povo brasileiro, o que reforça o papel da escola como lugar de formação crítica. Existe um esforço múltiplo em prol da consolidação e expansão da Lei. ONGs do movimento negro, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, nas Universidades, O MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, os Fóruns de Educação para a Diversidade, nacional, estaduais e municipais, são alguns exemplos dessa empreitada.

Esse movimento pró-ativo pela aplicação da Lei ainda não conseguiu superar a resistência de alguns setores da educação. As universidades e faculdades, em larga escala, que têm cursos de formação de professores, não modificaram seus currículos na perspectiva da Lei. As escolas confessionais, notadamente as católicas, protestantes e judaicas, mantêm enorme resistência em relação ao tema, reduzindo, como também muitas escolas públicas municipais e estaduais, a Lei 10.639/03 às efemérides do 13 de maio e do 20 de novembro.

O CEAP, cuja trajetória conquistou um acúmulo de saberes e lançou produtos didáticos que propiciam a aplicação da Lei, vem contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira e promove, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma **Campanha de Sensibilização, Promoção e Consolidação da Lei 10.639/03**. A iniciativa pretende, no mês da consciência negra, sensibilizar gestores, professores e pais, quanto ao direito dos estudantes, garantido por lei, de conhecerem a verdadeira história do povo brasileiro.

**EXPEDIENTE**  
ANO 6 - Nº 15 - outubro de 2010

**DIREÇÃO**  
Presidente: Maytê Ferreira da Silva  
Secretário Executivo: Ivanir dos Santos  
Tesoureiro: Wilmann da Silva Andrade  
Secretário: Gerson Miranda Teodoro (Togo Yoruba)

**Administração:** Marcelo Luiz dos Santos / Sidnéia Pereira / Maurício Casimiro / Isabel Cristo  
**Coordenação Geral:** Rute Marciano Costa

**Gerente Projeto Camélia:** Éle Semog  
**Ações Afirmativas:** Jorge Damião / Mario Paulo Rosa

**Ações Quilombolas:** Obertal Xavier  
**Ações Inter-Religiosas:** Edilene Tavares / Leonardo Valério / Regina Damazia  
**Comunicação**  
Astrogildo Esteves Filho / Ricardo Rubim / Alexsander Fernandes  
**Estagiária** Ana Ferreira

**JORNAL GRIOT**  
**Edição:** Ricardo Rubim Mtb nº 28.735 / RJ  
**Coordenação de Comunicação do CEAP / Comissão de Combate à Intolerância Religiosa:** Ricardo Rubim  
**Colaboraram:** Astrogildo Esteves Filho / Alexsander Fernandes / Éle

**Semog / Jorge Damião / Obertal Xavier / Edilene Tavares**  
**Revisão:** Ricardo Rubim  
**Programação Visual:** Espalhafato Comunicação / Stefano Figalo  
**Fotografia:** Carlos Junior / Henrique Esteves / Daniel Pinheiro / Alessandro Buzas / Vitor Trisão  
**Distribuição:** Mario Paulo Rosa  
**Fotolito e impressão:** Jornal do Comercio  
**Tiragem:** 5.000 exemplares

Rua da Lapa, 200 – sala 809 - Centro – RJ  
CEP: 20021-180  
Tel.: 2232-7077 / 2224-8530  
www.portalceap.org

**Realização** **Patrocínio**



# Terceira Caminhada: número de católicos triplica, e muçulmanos participam com muito engajamento

Por Alexander Fernandes

**Cerca de 120 mil pessoas estiveram na Praia de Copacabana para dizer "Não à intolerância"**

Um domingo para celebrar a democracia. Assim foi a 'Terceira Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa', que vai virar filme. De acordo com a PM, 120 mil pessoas lotaram a Orla de Copacabana, no dia 19 de setembro. Foram católicos, umbandistas, evangélicos, hare krishnas, budistas, espíritas, wiccanos, candomblecistas, agnósticos, judeus, muçulmanos e ciganos, unidos pela luta contra o preconceito. Estavam presentes caravanas de diversos estados e religiosos de outras nacionalidades.

A participação da Igreja Católica foi extremamente visível nesta marcha. "O número de fiéis que aderiram à causa triplicou. Pode-se afirmar, sem dúvida, que a terceira caminhada consolidou o compromisso da Comunidade Católica Apostólica Romana com o processo de construção da liberdade religiosa da cidade do Rio de Janeiro", afirmou o pároco da Paróquia Santa Bernadete, padre Geraldo José Natalino, mais conhecido como "Gegê".

Era nítida a presença de vários padres e caravanas paroquiais durante o trajeto. Todos estavam engajados em mostrar para a sociedade o respeito da igreja com os demais segmentos religiosos. Dom Orani Tempesta, arcebispo do Rio, deu total apoio para a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), organizadora do evento. O cardeal afirmou que "Defender a liberdade religiosa é defender a vida", em encontro na Arquidiocese do Rio, no dia 10 de setembro.

**"Mas não sei se vocês sabem quem também apoia a comissão é o Papa Bento XVI", ressaltou Dom Orani.**

A 'Princesinha do Mar' foi uma passarela de cores vibrantes. As mulheres islâmicas com seus hijabs (véus) mostraram a pluralidade da sociedade brasileira e chamaram a atenção pelo engajamento

e caracterização. "É uma obrigação religiosa o respeito à crença alheia. Estar junto, defendendo o princípio da liberdade religiosa, é muito importante para os muçumanos. Precisamos nos unir para garantir uma sociedade mais harmoniosa e o direito a liberdade religiosa", defendeu o diretor do departamento educacional e de divulgação da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro (SBMRJ), Sami Isbelle.

Os muçulmanos, de fato, mobilizaram e se fizeram presentes na marcha. Nos paramentos, os tons mais fortes ficaram com as mulheres devotas de krishna e com os ciganos. Suas vestimentas realçavam o branco das religiões de matrizes africanas.

## Brasileiros defendem Estado laico

Em um momento internacional tão difícil, em que as diversidades culturais e étnicas são colocadas à prova, cidadãos brasileiros disseram "não" para o proselitismo religioso. "O nosso ideal é criar um ambiente de liberdade religiosa em todo o Brasil. Queremos que o nosso direito de ter fé seja assegurado pelo Estado. Nossa estratégia é caminhar pela paz, sem guerra", salientou o interlocutor da CCIR, babalawo Ivanir dos Santos, que, durante a coletiva de imprensa junto de outros líderes reli-



Foto: Vitor Tristão

Líderes religiosos de vários segmentos deram as mãos pelo fim da intolerância na Avenida Atlântica. Marcha pela liberdade reuniu mais de 120 mil pessoas na Zona Sul

giosos, ressaltou a importância da implementação da Lei 10.639/03 para o fim do preconceito. "A intenção é fazer com que todos sejam beneficiados. Se as escolas passam para seus alunos a importância da história da cultura da África e como realmente ocorreu a formação de nossa sociedade, o preconceito diminui. O preconceito religioso está muito ligado a isso", concluiu.

O Brasil, tendo o Rio de Janeiro como palco, deu um show de liberdade de expressão e pensamento. Ficou claro que a convivência harmoniosa é possível. "A garantia de um Estado laico é responsabilidade de todos. Uma crença não deve ser considerada superior à outra. Todas devem receber o mesmo

tratamento diante da sociedade civil e do Estado. O direito de professar livremente a fé deve ser assegurado no Brasil e no mundo", defendeu a vice-presidente do Movimento Umbanda do Amanhã (MUDA), Marilena Mattos.

Milhares de umbandistas e candomblecistas estiveram na marcha. A Umbanda, que é uma religião genuinamente brasileira, sofre todos os dias com o preconceito e com a discriminação de irmãos nascidos no mesmo solo verde e amarelo. O Candomblé, religião milenar nascida na África, é tratado com o desrespeito a que eram submetidos os negros escravizados. Foram os umbandistas e candomblecistas, com a sabedoria dos mais velhos e com o fôlego dos

**"O NOSSO IDEAL É CRIAR UM AMBIENTE DE LIBERDADE RELIGIOSA EM TODO O BRASIL. NOSSA ESTRATÉGIA É CAMINHAR PELA PAZ, SEM GUERRA" BABALAWO IVANIR DOS SANTOS**

jovens, os fundadores e idealizadores desse processo, que, a cada ano, cresce e mais segmentos aderem. Na primeira caminhada, em 2008, 20 mil pessoas estiveram presentes. Em 2009, o público foi de 80 mil cidadãos.



Foto: Vitor Tristão

Na coletiva de imprensa, o interlocutor da CCIR, Ivanir dos Santos, falou sobre a Lei 10.639/03



Foto: Henrique Esteves

A diversidade tomou conta da Princesinha do Mar. Cigano e candomblecista dançam pela paz



Foto: Alessandro Buzato

Os ciganos ajudaram a colorir e a alegrar a III Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa



Foto: Vitor Tristão

Os wiccanos, mais uma vez, marcaram presença com frases emocionantes na marcha



Foto: Daniel Pinheiro

Babalawo Ivanir dos Santos recebeu a comunidade de Krishna com braços abertos



Foto: Vitor Tristão

A imprensa de todo o mundo foi para Copacabana cobrir a caminhada 2010



**Atrações culturais do início ao fim**

Para os 120 mil que foram este ano, várias atrações culturais, como rodas de capoeira, grupos de danças ciganas, afôxé, entre outras, animaram a orla durante todo o dia. A caminhada foi puxada pelo grupo Projeto-Escola Olodum, e a cantora Rita Ribeiro foi incumbida de fechar o evento com músicas do seu CD "Tecnomacumba", sucesso desde seu lançamento, em 2006. "Foi com imenso prazer que aceitei o convite. Nesta Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, cantamos e afirmamos nossos desejos por um Estado laico, em que todas as crenças, raças e diferenças convivam com respeito e união, pois a conexão do ser humano com o sagrado é feita através de sua religiosidade, mas, para que seja plena, é preciso consciência e liberdade", exaltou a cantora Rita Ribeiro.

A Comissão de Combate à Intolerância Religiosa já se prepara para a marcha de 2011 e anunciou que há a possibilidade de um show ecumênico encerrar a "Quarta Caminhada".



Vários grupos culturais, formados por crianças e adultos, deram shows à parte durante a marcha religiosa



Babalawo Ivanir dos Santos, ao final, ressaltou que a grande estratégia para a paz é continuar sem guerras



Em cima de um dos trios, ciganos, padres, umbandistas e vários fiéis brincaram em um dia de muita alegria



A cantora Rita Ribeiro cantou músicas de seu CD Tecnomacumba. Para ela, foi um grande prazer participar do evento



O Projeto-Escola Olodum animou os seguidores com ritmos de arrear. Animação tomou conta de todos



Candomblecistas de diversos lugares do Brasil fizeram questão de comparecer paramentadas à Caminhada

"FOI COM IMENSO PRAZER QUE ACEITEI O CONVITE. CANTAMOS E AFIRMAMOS NOSSOS DESEJOS POR UM ESTADO LAICO" RITA RIBEIRO



A Escola de Samba Alegria da Zona Sul também se apresentou no evento pela paz e respeito ao próximo



Para o documentário, Pilar, que dirige, dá as dicas ao reverendo Marcos Amaral da Igreja Presbiteriana



Candomblecistas de diversos lugares do Brasil fizeram questão de comparecer paramentadas à Caminhada

# Cesgranrio seleciona premiados do Concurso de Redação Camélia da Liberdade

Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e parcerias têm grandes destaques na edição de 2010

nha Nacional "Não Matem Nossas Crianças", como forma de sensibilizar a sociedade para a gravidade do drama vivido nas grandes cidades brasileiras. Esta mobilização originou o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Iniciada em fevereiro deste ano, promoveu a divulgação e realização do Concurso de Redação em São Paulo, Grande São Paulo e Interior. A ação do INPB alcançou grande visibilidade e promoveu articulações com a CENP - Centro de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão da Secretaria da Educação do Estado, que facilitou o acesso às escolas da rede pública; a Fundação Casa; a ANEC - Associação Nacional das Escolas Católicas; a APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do

Estado de São Paulo; e SIEEESP - Associação das Escolas Particulares do Estado de São Paulo.

O concurso de redação levou às escolas mais que uma disputa de saberes. É uma troca de conhecimentos entre educadores e alunos, que aponta para o resgate da história de João Candido e dos valores dos afrodescendentes para a implementação da Lei nº 10.639.

O sucesso da parceria com o INPB - valorizada na sua identidade histórica - contou com a ação da diretoria, representada pelo presidente padre José Enes de Jesus, e a coordenação executiva do concurso de redação de Ana Maria Rocha e Ana Maria de Paula, e a equipe do instituto.



Padre José Enes de Jesus na abertura oficial do evento

No centenário da Revolta da Chibata, as homenagens ao líder João Candido sensibilizaram alunos e professores das escolas do Rio e São Paulo. A realização do Concurso de Redação Camélia da Liberdade no Rio de Janeiro teve, desde o início, a participação da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - SEEDUC, que promoveu encontros preparatórios e articulação do concurso na rede de escolas, e divulgação.

Em Vassouras, realizou-se seminário com oficina temática e programa da rádio local. A Universidade Severino Sombra - Departamento de Documentação Histórica - e o CEAP aprofundaram, junto aos professores e alunos do ensino médio, o tema de João Candido e os 100 anos da Revolta da Chibata.

## União CEAP e INPB consolida concurso de redação

Duas instituições com trajetória comum de trabalho em defesa de populações marginalizadas fazem parceria e realizam a Terceira Edição do Concurso de Redação Camélia da Liberdade, em São Paulo.

A luta do padre Benedito de Jesus Batista Laurindo em defesa e recuperação da criança de rua, principalmente na Praça da Sé, em São Paulo, resulta na criação do Instituto do Negro Padre Batista - INPB, em 1987.

O CEAP lança, em 1989, a Campa-



Maria de Lourdes A. Freire: representante da Cesgranrio e responsável pelas premiações

Cristina Rabello, gestora de projetos da Petrobras, fala durante o lançamento do Concurso



# Dito pelo dito **Éle Semog**

## Encontro Nacional de Psinep

Divulgação



da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação; Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia e os(as) psicólogos(as); e A configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro(a) no Brasil.

### Por fim

O I Encontro Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade, ocorrido entre os dias 13 e 15 de outubro, no Instituto de Psicologia - USP, São Paulo, contou com a presença de 250 participantes de vários Estados: Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Distrito Federal.

### Duas conferências marcaram este evento

“A questão racial e as políticas públicas no Brasil”, apresentada pelo professor Dr. Mario Theodoro, Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados - IPEA, e “Embranquecimento, Pertencimento Étnico-Racial e Identidade Fragmentada: contornos e contextos da Psicologia Afro-brasileira”, pelo Dr. Wade Nobles, professor do Department of Black Studies, School of Ethnic Studies at San Francisco State University, com tradução simultânea da Dra. Elisa Larkim, do IPEAFRO.

As discussões que nortearam os trabalhos foram: Relações históricas

O resultado desse Encontro teve várias propostas que foram encaminhadas ao Sistema Conselhos (Conselho Federal de Psicologia e conselhos regionais de Psicologia). Destacamos algumas: Mapeamento das experiências do Sistema Conselho no campo das relações raciais; Construção de estratégias para criação de comissão de trabalho sobre relações raciais; Diálogo com os profissionais da Psicologia, atuantes na área da educação, para um maior comprometimento com a aplicação da Lei 10.639/03.

A área acadêmica se destacou com propostas de projetos para inclusão no currículo de graduação, como disciplina obrigatória, a temática das relações raciais; desenvolvimento de tecnologias de atenção ao sofrimento das pessoas produzido pelo racismo.

Em relação à saúde pública, foi abordada e sinalizada a necessidade de se organizar a Introdução/coleta qualificada do quesito cor, no campo da saúde mental.

Ainda durante o Encontro, houve diferentes tipos de trabalhos como exposição de pôsteres animados, com a dupla Pretas em Cena, oficinas, comunicações orais e mesas temáticas. <http://psinep.pol.org.br>

## Históricos passando aperto

Reprodução de internet



O Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN e o Instituto Palmares de Direitos Humanos - IPDH, tradicionais organizações negras de combate ao racismo no Brasil, passam por sérias dificuldades, e a militância resolveu se movimentar. O IPCN, que nos anos de 1970 acolheu e contribuiu com a formação

de praticamente uma geração de militantes contra o racismo, iniciou a campanha “Nós Podemos”, com o objetivo de angariar fundos para a restauração da sua tradicional sede, à Avenida Mem de Sá, 208 - Cruz Vermelha. Na primeira mobilização, no dia 25 de setembro, rolou uma feijoada e o encontro com militantes que fizeram e fazem a luta. <http://institutodepesquisadasculturasnegras.blogspot.com>

A sede do IPDH, à Avenida Mem de Sá, 39 - Lapa, foi atingida por um incêndio que destruiu todo o terceiro andar, o acervo documental e iconográfico, e as salas de aulas do pré-vestibular comunitário e de idiomas. Os recitais de poesia realizados pelo Denegrir, coletivo de estudantes negros da UERJ, estão suspensos, bem como a cessão de espaço para as reuniões de diversas organizações do movimento social e grupos de ativistas. O esforço maior é o de reconstruir o telhado, o que permitirá ao IPDH retomar suas atividades. Mais informações no endereço <http://ipdh.blogspot.com>.

Divulgação



## Ah, eu não sabia

Pois fique sabendo. A Biblioteca Nacional possui um programa de bolsa de tradução de autores brasileiros, cujo objetivo é ampliar a circulação de autores nacionais no exterior. É uma importante oportunidade para que autores negros que produzem sobre os diversos campos de conhecimento, além dos poetas e ficcionistas da literatura afro-brasileira, se informem e busquem essa oportunidade. O caminho das pedras é [www.bn.br](http://www.bn.br), e o telefone (21) 2220-2057.

**SUSTENTABILIDADE** Já está rolando os preparativos para o Fórum Global pela Sustentabilidade, que acontecerá no Rio em 2011. Em 2012, na cidade, a Conferência Internacional das nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável registrará os 20 anos da Rio-92. O movimento social negro pode se transformar em protagonista de primeira grandeza. Motivos não faltam.